

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

---

# Revista Portuguesa de História

TOMO II



COIMBRA / 1943

dade intelectual do Dr. José Leite de Vasconcellos. Não que seja a síntese de todo o labor mental do grande Mestre, mas é — e isso basta para lhe atribuímos esse lugar — o esforço derradeiro de ordenação e sistematização de uma infinidade de materiais e de observações que, com uma persistência e uma devoção sem par, conseguiu recolher e coligir, desde os tempos de estudante, durante dezenas de anos de trabalho ininterrupto.

Por isso, quando sair dos prelos o último volume da *Etnografia Portuguesa*, bem se poderá dizer ser esta obra um dos mais belos e mais expressivos monumentos jámais erguidos em louvor do povo português.

TORQUATO DE SOUSA SOARES

### David Lopes

David Lopes é exemplo e modêlo do homem de saber que, possuidor de um instrumento de trabalho de manejo invulgar entre nós, dele soube tirar proveito em todos os campos da construção científica em que com vantagem e segurança o podia aplicar.

E ainda o claro testemunho do que uma vontade firme e uma disciplina severa permitem fazer a quem sinceramente, e a despeito das inevitáveis limitações dos nossos minguados recursos em gente e dinheiro, deseja deixar atrás de si alguma coisa acabada. Homem de uma grande geração, sobressaiu entre os do seu tempo e conta-se como o nosso primeiro arabista. Celebram-no os filólogos como um dos seus maiores, tanto pelo que fez no campo dos estudos arábico-portugueses como pelo rumo seguro que soube imprimir a esses estudos (4). A *Revista Portuguesa de História* lembrará (\*)

(\*) José Pedro Machado, «Prof. Doutor David Lopes» (*Brotéria*, vol. xxv<sup>^</sup> Julho de 1942).

principalmente um dos primeiros historiadores portugueses contemporâneos, prestando-lhe singelamente o preito que lhe é devido. Quem assina estas linhas não pode invocar para isso outros direitos que não sejam os da amizade e da grata recordação de um Mestre a quem deveu muito. Se o aprendiz de arabista de há dezoito anos segue hoje por caminhos muito diversos, com êle recebeu das primeiras lições de clareza, tenacidade e amor do trabalho, coisas que a qualquer aproveitam. E aqui lhe apraz, com a lembrança da dívida, deixar expresso que por ela sempre considera a sua memória credora de admiração agradecida.

David Lopes nasceu a 17 de Abril de 1867 na aldeia de Moita Fundeira, do concelho da Sertã, donde cedo veio para Lisboa. Depois de concluir os estudos no Curso Superior de Letras, frequentou a Escola Nacional de Línguas Orientais, em Paris, de 1889 a 1892. Levara-o aí o desejo de conhecer a língua árabe e de servir-se dela como instrumento dos estudos históricos, para que a admiração por Herculano o conduzira. Mas, ao mesmo tempo, adquiria o domínio pleno do francês, e como professor desta disciplina entrou para o Liceu de Lisboa (1895), onde renovou por completo o ensino das línguas vivas, e depois para o Curso Superior de Letras (1901); aí, e na Faculdade que se lhe seguiu, ensinou «Língua e Literatura Francesa» até 1930, com grande saber e muito senso pedagógico. Todavia, como o demonstram as suas publicações, a vocação de David Lopes estava nos estudos orientais; mas, só em 1914, ao cabo de alguns anos de porfiados esforços, conseguiu fundar a cadeira de Árabe na Universidade de Lisboa.

A despeito da divergência entre a actividade de professor e a preparação e tendências do investigador, os trabalhos que David Lopes vai publicando marcam-lhe logo uma posição de relevo entre historiadores e filólogos do seu tempo.

Os estudos históricos de que se ocupou andam todos à roda de três temas: o domínio árabe no Oeste da Península, a ocupação portuguesa em Marrocos e a nossa expansão no Oriente. Se o seu saber especial de arabista lhe permitiu esclarecer, como ninguém mais poderia fazê-lo, à luz das fontes arábicas, alguns pontos destes vastíssimos assuntos, a documentação portuguesa era-lhe tão familiar como aquelas, e não raro lhe fornecia até, como no caso das praças de África, o essencial da trama dos sucessos históricos.

Ao tema da dominação portuguesa em Marrocos consagrou David Lopes o melhor da sua actividade, deixando-o quasi esgotado. Vejamos rapidamente as obras em que se ocupou d'êlê.

*Textos em Aljama Portuguesa* (Lisboa, 1.<sup>a</sup> edição, 1897, «Nova edição inteiramente refundida», 1940) são, pela maior parte cartas que o alcaide mouro das tribus dos arredores de Safim, Bentafuf, dirigiu a El-Rei D. Manuel. Escritas em português com caracteres árabes, constituem documentos únicos deste género de literatura, vulgar na lingua espanhola. Delas fez o autor, na 2.<sup>a</sup> edição, substancioso estudo filológico. Mas a personalidade e a acção do famoso chefe dos «Mouros de pazes», isto é, das tribus aliadas dos Portugueses, os feitos dos capitães da cidade, os trabalhos dos Cristãos sempre debaixo da ameaça dos povos vizinhos, ocupam nesse livro parte não menor.

Outro precioso repositório de documentos por onde pode reconstituir-se a vida dos portugueses nas praças marroquinas são os «Anais de Arzila» de Bernardo Rodrigues, dados à estampa por David Lopes. Desta crónica tosca e de difficil leitura, ajudado de mais larga informação rebuscada pacientemente nas fontes portuguesas e mouras, conseguiu ele extrair a série de episódios heroicos e saborosas narrativas que ilustram a *História de Arzila durante o domínio português* (Coimbra, 1925). Esse livro marca, na nossa historiografia marroquina, a data fundamental. Os estudos posteriores do autor, insertos na *História de Portugal* dirigida por Damião Peres e na *História da Expansão Portuguesa*, se alargaram o assunto à conquista, occupação e perda das outras praças, ou trouxeram para o conhecimento da vida económica e social dos lugares de além-mar muitos factos novos, não alteraram a visão de conjunto da nossa acção em Marrocos, esboçada no prefácio da *História de Arzila*.

A conquista de Ceuta não se fez a acertar, mas resultou de reflectido acto político: com a occupação de uma cidade forte no Norte de Africa combatia-se a guerra de curso que os Mouros vinham fazendo, ao mesmo tempo que se guardava uma das chaves do estreito por onde poderia acender-se, mais uma vez, o desejo de uma invasão da Península. Secundariamente, o sentimento religioso ajudou esta empresa, em que se gastou muito dinheiro. O sonho de um império português em Marrocos esvaiu-se quando

o movimento religioso dos Xerifes, desperto ao contacto do Cristiano infiel, por toda a parte ateou a Guerra Santa contra nós. Também as praças foram medíocre escola de guerra. Se muitos fidalgos não desdenharam quebrar uma lança em África, a temeridade, a indisciplina, os desmandos na luta contra o Mouro, em vez da coragem fria e reflectida e da obediência a um plano de combate bem estabelecido, criaram aos capitães embaraços muito sérios. Cristãos e Mouros, ambos espicaçados pelo fanatismo religioso, odiavam-se demais para se poderem entender. Toda a história de Bentafuf, que tinha o apoio de D. Manuel contra os fidalgos de Safim, mostra o que se podia ter feito em matéria de política indígena se da parte dos nossos houvesse uma compreensão mais serena da dominação portuguesa.

A vida nas cidades ocupadas era precária e difícil. Recebiam tudo de fora, eram «sumidouro de gente, de armas e de dinheiro». O abastecimento, feito só por mar, cada vez se tornava mais incerto, com a recrudescência da guerra de corso. Assim, foi por uma medida prudente e acertada que os ministros de D. João m aconselharam o abandono das praças de África.

Esta história da nossa ocupação em Marrocos, que David Lopes deixou esboçada nas linhas gerais e definitivamente averiguada em inúmeros pormenores, é o seu trabalho mais importante de historiador: ao mesmo tempo um sonho que foi embalando desde o tempo das suas primeiras labutas literárias. Já em 1907, o Conde de Castries, ao organizar a monumental colectânea de documentos que são *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*, o convidara para seu colaborador. Mas David Lopes, ao tempo todo entregue ao ensino da Literatura francesa, onde havia de prestar à sua escola inestimáveis serviços, nobremente renunciou à tarefa que mais o seduzia. Há poucos anos, depois da morte de Pierre de Cenival, continuador do Conde de Castries, o governo do protectorado entregou-lhe a direcção efectiva da obra, na qual trabalhou até ao fim da vida.

Desde a rebusca minuciosa de documentos, a severa crítica de fontes, a averiguação miúda da cronologia que dá a perspectiva dos sucessos, até à segurança dos encadeamentos e interpretações e ao tom colorido e evocativo de algumas narrativas, não raro atravessadas de um fulgor épico ou de um negrume de tragédia, tudo dá solidez à obra do historiador. Leiam-se os episódios que

esmaltam a *História de Arvila*, cenas de bravura e heroísmo, de pilhagem e astúcia, entremeadas de narrativas cómicas, como a dos fidalgos que se foram banhar ao rio e, dando neles a mou-rama, cavalgaram como estavam e apareceram em pêlo mesmo a tempo de se acolherem à protecção das muralhas ; leiam-se também as páginas, piedosas e densas, quasi arrastadas, em que se descreve a paixão e morte do Infante Santo e dos seus companheiros. Tudo isto é o drama da História, a vida reanimada do passado, o lado humano dos grandes e pequenos feitos, que requiere da pena do historiador a sóbria elegância de um romancista de coisas verdadeiras. Esta singeleza na arte de narrar possuiu-a David Lopes plenamente e dela soube fazer discreto uso.

Mas, a par disto, não recebeu acompanhar outros autores no campo da *problemática*, como é de uso dizer-se agora: com a grande superioridade dos factos bem averiguados e da cronologia apurada com segurança, pôde desfazer muita fantasia que se escrevera sobre a conquista de Ceuta ou a política africana de D. João ui. O que mostra como um historiador de envergadura não se exime a considerar os problemas de interpretação dos sucessos ou das épocas que estudou: a êle pertence, por direito, a síntese dos factos e a construção das hipóteses, deixada entre nós muitas vezes a profissionais, de mérito assaz desigual, de «certas generalizações e filosofias da história, hoje de moda, em que se generaliza o erróneo ou o incerto, e se tiram conclusões absolutas de factos que se reputam conformes entre si, e que, provavelmente, mais de uma vez os estudos sérios virão mostrar serem diversos, quando não contrários» (\*).

Outro grupo importante de trabalhos foi suscitado directamente pela admiração das obras de Herculano, tributo largamente aumentado com a edição definitiva delas, enriquecidas a *História de Portugal* e a *História da Inquisição* com preciosos índices analíticos da matéria, hoje imprescindíveis na consulta desses livros. *Os Arabes nas obras de Alexandre Herculano. Notas marginais de língua e história portuguesa* (Lisboa, 1911, separ, do *Boletim da 2.<sup>a</sup> classe da Academia das Ciências*), traz a seguinte singela nota preliminar: «As páginas que se seguem (\*)

(\*) A. Herculano, *História de Portugal*, advertência da 4/ edição (i8y5), palavras infelizmente ainda justas e oportunas.

são um preito de homenagem a Alexandre Herculano, cujo centenário do nascimento elas querem memorar. O autor delas crê assim pagar ao grande historiador, pela melhor forma, uma dívida de gratidão: porque foi a leitura do *Eurico*, das *Lendas e Narrativas* e principalmente da *História de Portugal* que o levou ao estrangeiro estudar a língua árabe.

«São seis capítulos que rectificam alguns factos históricos, completam outros, e aclaram em todo o caso mais de um successo que os documentos da época, ou o desconhecimento da língua árabe, não permitiram a Herculano elucidar: a sua memória não fica diminuída neste estudo, antes ele mostra que soube tirar das fontes conhecidas do seu tempo o que o historiador honesto e perspicaz podia encontrar nelas; e não admira que mais de cinquenta anos depois alguma cousa mais se possa dizer».

Neste estudo de duas centenas de páginas densas, David Lopes critica e corrige a transcrição de nomes arábicos usada na *História de Portugal*, examina criticamente as fontes árabes, de que o grande historiador se serviu em traduções, descreve o território que havia de ser português, emenda alguns factos que Herculano expôs inexactamente e dá preciosas notícias a respeito de nomes mal escritos ou mal explicados. Um ponto averiguou com especial cuidado: o nome, localização e importância da batalha de Ourique, recontro de proporções modestas em que tomou parte o governador de Santarém: com probabilidade ferido junto da linha do Tejo (Cartaxo) e não no lugar alentejano que Herculano aceitara. Este episódio da nossa história, malfadado para estrondosas comemorações ou polémicas de triste lembrança, arrastou-o à discussão com adversários sem formação científica. Fê-lo — assim no-lo confessou um dia — em respeito da memória de Herculano e da verdade. Uma e outra êle restabeleceu e definitivamente colocou no seu lugar (4).

(4) Modernamente, alguns historiadores voltaram a defender a localização da batalha no Alentejo e pretendem atribuir-lhe certa importância, senão militar, ao menos política. As conclusões de David Lopes não são aceites como definitivas, sem que possam contudo considerar-se infirmadas: muito de ponderar é o facto, já por êle posto em relevo, de serem omissas em relação à batalha as fontes árabes conhecidas; só elas, a existirem, permitiriam reduzir a justas proporções a importância que lhe é atribuída nas memórias cristãs, pela correcção do natural exagero destas.

Há muitos anos que David Lopes reunia elementos para uma nova edição, em bases mais largas, da separata há muito esgotada. Seria: «Os Árabes na língua e na história de Portugal», livro que, além de muitos sucessos históricos, comportaria o estudo dos vocábulos portugueses de origem arábica e concederia talvez maior desenvolvimento à toponímia árabe de Portugal, assuntos que tratou em trabalhos avulsos, a cujo estudo marcou segura orientação.

Nesse plano se integra também o estudinho sobre a vida e aventurosos feitos do Cid Português — Geraldo Sempavor — que generosamente ofereceu à *Revista Portuguesa de História* (tomo i).

O conhecimento perfeito do mundo muçulmano abriu-lhe as portas do caminho do Oriente. Logo nos primeiros anos da sua actividade, publicou três trabalhos sobre o estabelecimento dos Portugueses na Índia, entre os quais avulta, pela extensão e importância, o texto e tradução da *História dos Portugueses no Malabar*, de Zinadin (Lisboa, 1898). Mas foi o livro que, depois de alguns anos de buscas pelas bibliotecas de Copenhague, Haia, Paris e Londres, dedicou à *Expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII* (Barcelos, 1936), que definitivamente o consagrou entre os grandes historiadores da nossa acção civilizadora nessas regiões.

Aí se mostra como a língua portuguesa foi, durante três séculos, de uso corrente entre as populações marítimas de grande parte do Oriente. As relações dos viajantes estrangeiros que então visitaram aquelas paragens; os documentos oficiais redigidos em português, única língua europeia acessível aos indígenas; as bíblias e livros didácticos de missionários protestantes, escritas, pela mesma razão, na nossa língua, e impressas em Batavia e Colombo para as respectivas missões holandesas, e em Tran-gambar (na Costa de Coromandel), para uma missão dinamarquesa— ao todo foi possível apurar 41 espécies bibliográficas; os vocábulos portugueses que passaram para as línguas orientais; a formação de crioulos portugueses, de que persistem derradeiros vestígios na aldeia de Tugu, junto da Batávia, e em Malaca; tais são as fontes deste estudo. Evoca-se nele o ambiente português da cidade de Batávia, fundada pelos Holandeses e que nunca foi nossa, mas onde se falou a nossa língua durante dois séculos, sendo, durante um, a mais usada ali: língua das orações, dos

notários e da rua, em que pitorescamente os vizinhos acendiam disputas... Mas, com o falar, que se perdeu, influências da nossa civilização penetraram nessas gentes e tenazmente resistem: nomes de lugares ou de pessoas, rezas, usos e instituições, como a *Confreria*, melodias velhas, restos de passadas grandesas. Foi, aliás, através do elemento indiano criado num ambiente de cultura nossa que se difundiu, entre as populações marítimas, uma espécie de língua franca, um crioulo português de que se aproveitaram as outras nações conquistadoras para estabelecerem relações com os indígenas.

Livro ao mesmo tempo miúdamente documentado e de tão vastas perspectivas, ficará clássico neste sector importantíssimo da história da nossa expansão. Êle mostra, também, como o autor sabia conciliar o estudo da linguagem com o do passado, servindo-se daquela como um *documento* da presença e da acção dos Portugueses, mas estudando-a com todo o rigor e cuidados de filólogo. E, tal como nos lances dramáticos da história das praças de África, sente-se, por detrás da fria objectividade dos factos, o coração de quem amorosamente os ia trazendo à luz.

Um último aspecto do labor de David Lopes merece ser posto em relevo: a perfeita facilidade com que, pela palavra ou pela escrita, transmitia aos outros os seus conhecimentos. Nas aulas de Árabe doseava sabiamente as dificuldades da aprendizagem do alfabeto e da gramática com muitas informações sobre civilização muçulmana, o domínio árabe na Península, a Reconquista ou a ocupação portuguesa em Marrocos: e o aluno, insensivelmente, aprendia uma cousa e outra. Um precioso livrinho, *Portugal contra os Mouros*, publicado numa colecção de divulgação, mostra como o autor sabia colocar-se sem esforço ao nível do público e encontrar o tom mais conveniente, claro, elegante e simples, que é também o de artigos seus, mais gerais mas nem por isso menos eruditos, por exemplo sobre *O domínio árabe na Península Hispânica (História de Portugal, de Damião Peres)*, ou sobre *Arabe* na recente *Enciclopédia Luso-Brasileira*.

Assim foi o investigador e professor. O homem era simples, afável, de um trato de rara finura, e logo se impunha pela seriedade da sua conversa, pela cultura vastíssima, por uma visão clara, elevada e tolerante, do mundo e da vida.

Entre o trabalho, a família e os discípulos repartia as suas horas, num ambiente de sóbrio conforto material e moral, sem que nada alterasse a modéstia do seu viver. Não desejou a popularidade e passou acima das honrarias. Mas o mundo científico estrangeiro conhecia-o e admirava-o como o nosso maior orientalista. A guerra malogrou um projecto que, certamente, lhe daria prazer: a Universidade de Paris pensava fazê-lo Doutor *honoris causa*, homenagem prestada por uma Nação que tanto admirava a um grande discípulo e difusor da sua cultura.

Em 3 de Fevereiro de 1942, apagou-se serenamente quem tinha sido uma das maiores figuras científicas da sua geração, depois de meio século de trabalho constante, tranquilo e firme. As suas obras derramam luz forte num passado até aí obscuro e incerto. A formação do território nacional, a luta contra o Mouro, aqui e em Marrocos, a penetração de influências entre Portugueses e Árabes, a nossa expansão no Oriente e os fecundos contactos com povos e civilizações tão diversas, tiveram em David Lopes o seu grande historiador: minucioso e exacto no apuramento dos factos, colorido e evocativo nas descrições, compreensivo e justo com a gente estranha, sem que o amor dos seus maiores o desviasse da mais escrupulosa objectividade. Nisso seguia o grande Herculano, seu Mestre e seu modelo, dando, na sua terra, um exemplo sempre oportuno e levando lá fora o testemunho de um historiador português que profundamente conhecia e plenamente dominava os mais seguros métodos da ciência a que se consagrara.

ORLANDO RIBEIRO